

HDAS Partners S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263HU-051-PB



Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Iguaçu, 100 - Rebouças -
Curitiba (PR) Brasil
T +55 41 3222-8432
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
HDAS Partners S.A
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HDAS Partners S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HDAS Partners S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras Individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins comparativos não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, dessa forma, não expressamos opinião sobre os valores comparativos. Enfatizamos que a investida Rede Lojacorr S.A., que representam os principais saldos das demonstrações financeiras consolidadas, foram auditadas em 31 de dezembro de 2024 por outros auditores, cujo parecer foi emitido em 12 de maio de 2024 sem ressalvas. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9



Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

Hdas Partners S.A

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024		31/12/2024	
		(não		(não	
	Nota	31/12/2025	auditado)	31/12/2025	auditado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	217	71	39.411	29.825
Contas a receber	5	-	-	8.330	7.836
Adiantamentos	-	-	-	552	520
Impostos a recuperar	6	-	-	1.691	3.946
Outras contas a receber	-	-	-	1.154	674
Total do ativo circulante		217	71	51.138	42.801
Ativo não circulante					
Outras contas a receber	-	-	-	125	23
Impostos a recuperar	6	-	-	72	381
Impostos diferidos	7	-	-	1.446	1.886
Investimentos	8	40.428	10.111	1.144	791
Imobilizado	9	-	-	362	486
Intangível	10	-	-	10.816	9.767
Total do ativo não circulante		40.428	10.111	13.965	13.334
Total do ativo		40.645	10.182	65.103	56.135

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hdas Partners S.A

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Passivo circulante					
Fornecedores	11	-	-	12.899	10.019
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	2.062
Obrigações trabalhistas	13	-	-	5.564	5.824
Obrigações tributárias	-	-	-	1.829	1.792
Adiantamento de clientes	-	-	-	906	62
Dividendos a pagar	14	3.000	-	3.667	756
Outras contas a pagar	-	-	-	419	418
Total do passivo circulante		3.000	-	25.284	20.933
Dividendos a pagar	14	8.500	-	10.197	22.291
Provisão para contingências	15	-	-	475	626
Total do passivo não circulante		8.500	-	10.672	22.917
Patrimônio líquido					
Capital social		2.321	108	2.321	108
Reserva legal		464	22	464	22
Reserva estatutária		16.957	-	16.957	-
Reserva de Lucros		9.403	10.052	9.403	10.052
Patrimônio líquido	16	29.145	10.182	29.145	10.182
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2	2.103
Total do patrimônio líquido		29.145	10.182	29.147	12.285
Total do passivo e patrimônio líquido		40.645	10.182	65.103	56.135

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hdas Partners S.A

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Receita operacional líquida	17	-	-	261.193	251.502
Custos dos serviços prestados	18	-	-	(203.558)	(192.942)
Lucro Bruto		-	-	57.635	58.560
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(2)	-	(41.438)	(41.164)
Outras receitas (despesas)	-	9	-	487	46
Resultado com equivalência patrimonial	8	16.032	11.512	497	41
Lucro operacional		16.039	11.512	17.181	17.483
Despesas financeiras	20	(4)	(4)	(422)	(1.570)
Receitas financeiras	20	-	-	4.172	2.160
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.035	11.508	20.931	18.073
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(4.454)	(4.176)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	-	-	(440)	(338)
Lucro líquido do exercício		16.035	11.508	16.037	13.559
Resultado atribuído aos acionistas controladoras		-	-	16.035	11.508
Resultado atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2	2.051

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hdas Partners S.A

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	16.035	11.508	16.037	13.559
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	16.035	11.508	16.037	13.559

Hdas Partners S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros						
	Capital Social	Reserva legal	Reserva Estatutária	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total	Participação Não Controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	108	-	-	661	769	-	769
Correção de percentual de investimento de períodos anteriores	-	-	-	(455)	(455)	-	(455)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.508	11.508	2.051	13.559
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	52	52
Reserva legal sobre o lucro do exercício	-	22	-	(22)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.640)	(1.640)	-	(1.640)
Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	108	22	-	10.052	10.182	2.103	12.285
Aumento de capital social	2.213	-	-	(2.213)	-	-	-
Variação na participação relativa de investimento	-	-	-	20.928	20.928	(2.214)	18.714
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	111	111
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.035	16.035	2	16.037
Reserva legal	-	442	-	(442)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	16.957	(16.957)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(18.000)	(18.000)	-	(18.000)
Em 31 de dezembro de 2025	2.321	464	16.957	9.403	29.145	2	29.147

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hdas Partners S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	16.035	11.508	16.037	13.559
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	6.879	7.182
Equivalência patrimonial	(16.032)	(11.512)	(497)	(41)
Provisão de imposto diferido	-	-	440	338
Provisão para contingências	-	-	(151)	(347)
Baixa de imobilizado/intangível	-	-	27	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	5	1
Provisão de cancelamento de ações	-	-	(59)	39
Participação não controladores	-	-	111	52
Atualização monetária dos dividendos	-	-	579	401
Juros sobre empréstimos	-	-	131	511
Variação relativa nos investimentos	2.214	-	-	(455)
Lucro líquido do exercício ajustado	2.217	(4)	23.502	21.240
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(499)	(7.809)
Impostos a recuperar	-	-	2.564	1.370
Outras contas a receber	-	-	(614)	(572)
Depósito judicial	-	-	-	228
Fornecedores	-	-	2.880	2.638
Outras contas a pagar	-	-	(951)	2.038
Obrigações trabalhistas	-	-	(260)	2.833
Obrigações tributárias	-	-	37	549
Adiantamentos de clientes	-	-	844	(103)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.217	(4)	27.503	22.412
Das atividades de investimento				
Variação nos investimentos	(2.213)	-	2	-
Dividendos recebidos	6.642	1.702	142	75
Aquisição de imobilizado	-	-	(93)	(54)
Ativação de intangível	-	-	(7.738)	(6.171)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de investimento	4.429	1.702	(7.687)	(6.150)
Das atividades de financiamento				
Pagamentos de dividendos	(6.500)	(1.640)	(8.037)	(4.129)
Pagamentos de empréstimos	-	-	(2.193)	(2.924)
Mútuos recebidos	-	-	-	80
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas	(6.500)	(1.640)	(10.230)	(6.973)

Hdas Partners S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
atividades de financiamento				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	146	58	9.586	9.289
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70	12	29.825	20.536
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	216	70	39.411	29.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A HDAS Partners S.A. (“Companhia”), constituída na forma de Companhia anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede social localizada na Rua Voluntários da Pátria, 196, Sala 201, Centro, São José dos Pinhais – PR, possui como objetivo principal participar em outras Companhias, no Brasil e, tem seus impostos apurados pelo regime do Lucro Presumido.

1.1 Investimentos

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da HDAS Partners S.A. e suas controladas, apresentadas a seguir:

Razão social	País	Relação	Participação	Participação
			31/12/2025	31/12/2024
HDAS Participações Ltda.	Brasil	Controlada	99,99%	82%
Rede Lojacorr S.A	Brasil	Controlada Indireta	100%	100%
HDA Corretora Ltda	Brasil	Controlada Indireta	100%	100%
Lojacorr Corretora S.A.	Brasil	Controlada Indireta	100%	92,25%
JHS Agência de Seguros Ltda	Brasil	Controlada Indireta	-	100%
Broker One Tecnologia Empresarial Ltda	Brasil	Controlada Indireta	-	100%

Segue abaixo a relação das investidas nas quais a Companhia possui participação, mas não detém o controle societário:

Razão social	País	Relação	Participação	Participação
			31/12/2025	31/12/2024
Br Consorcios Adm De Consorcios Lojacorr - Scp	Brasil	Investida	50%	50%
Suac Administradora E Corretora De Seguros Ltda. - Lojacorr Scp	Brasil	Investida	50%	50%

Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguros

A Companhia mantém participação societária estratégica na HDAS Participações Societárias Ltda., a qual detém 100% das cotas de capital da Lojacorr S.A. – Rede de Corretoras de Seguros, sediada em São José dos Pinhais/PR. A Lojacorr consolidou-se como a maior plataforma aberta e especializada na distribuição de seguros massificados no Brasil, atuando como um hub tecnológico e operacional que conecta mais de 40 seguradoras parceiras a uma ampla rede de corretores e clientes finais.

O objeto social da investida compreende a corretagem de seguros, administração de apólices, consórcios, previdência privada, consultoria e o desenvolvimento de soluções tecnológicas próprias, incluindo o sistema Broker One, que assegura capilaridade e eficiência operacional em todo o território nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Lojacorr apresentou forte resiliência e expansão, refletidas nos seguintes indicadores de desempenho:

- Faturamento acumulado: R\$ 291 milhões, representando crescimento de 6% em relação ao exercício de 2024;
- EBITDA: R\$ 23 milhões, com margem operacional de 40,64%.
- Lucro Líquido: R\$ 16 milhões, superando em 20% a meta orçamentária;
- Volume de Produção: Superior a R\$ 1 bilhão, acompanhando a dinâmica de expansão do mercado de seguros, que projeta crescimento de 8% para 2026.

Lojacorr S.A. Corretoras de Seguros

O grupo detém 100% das ações da Lojacorr S.A. Corretora de Seguros através da Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguro que é sua única investidora. Portanto, o Grupo recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações que gradualmente foram migradas para sua investida que tem a capacidade atual de direcionar as atividades dessas entidades que afetam mais significativamente estes retornos, considerando que em 20 de fevereiro de 2025 houve o resgate de todas as ações preferenciais. Empresa esta que tem por objetivo a administrar, angariar e promover o fechamento de apólices de seguros, títulos de capitalização, consórcio, financiamento, plano de saúde, previdência privada e outros produtos disponibilizados pelas empresas afins, admitidos na legislação vigente entre estas e as pessoas físicas ou jurídicas de direito público e de direito privado, através de Acionistas detentores de carteira de segurados e a participação em outra sociedade.

HDA Corretora e Administradora de Seguros Ltda

O grupo detém 100% das ações da HDA Corretora e Administradora de Seguros Ltda através da Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguro que possui 0,025%, não sendo sua investidora majoritária e, HDAS Participações Societárias Ltda com 99,975% sendo a investidora que possui direito a voto. Portanto, o Grupo recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e tem a capacidade atual de direcionar as atividades dessas entidades que afetam mais significativamente estes retornos. Empresa esta que tem por objetivo a corretagem e administração de seguros de ramos elementares e seguros dos ramos de vida, capitalização e planos previdenciários e era responsável por faturar os acordos comerciais de taxas de administração e teve seu faturamento migrado gradualmente para sua investidora minoritária Lojacorr S/A Rede de Corretoras de Seguro.

HDAS Participações Societárias Ltda

A HDAS Participações Societárias Ltda atua como a holding controladora estratégica do ecossistema. Sua atividade principal é a gestão de participações societárias. Como principal veículo de investimento, a HDAS Participações Societárias Ltda centraliza a governança e a alocação de capital do grupo.

Em 2025, consolidou resultados robustos provenientes de Equivalência Patrimonial de suas controladas operacionais, sendo seu principal resultado vindo da Lojacorr S/A Rede Corretora de Seguros. Com isso, reafirmando sua solidez financeira e capacidade de suporte a novos projetos de expansão.

JHS Agência de Seguros Ltda

O grupo detinha 100% das ações da JHS Agência de Seguros Ltda através da Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguro que possuía 80,65%, não sendo sua investidora majoritária e, HDAS Participações Societárias Ltda com 19,35% sendo a investidora que possui direito a voto. Portanto, o Grupo recebia substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e tem a capacidade atual de direcionar as atividades dessas entidades que afetam mais significativamente estes retornos. Empresa está que tinha por objetivo a corretagem e administração de seguros de ramos elementares e seguros dos ramos de vida, capitalização e planos previdenciários e era responsável por faturar os acordos comerciais de taxas de administração e teve seu faturamento migrado gradualmente para sua investidora Lojacorr S/A Rede de Corretoras de Seguros. Em 01/05/2025 foi incorporada a Lojacorr S/A Rede de Corretoras de Seguros e suas operações, ativos, passivos e patrimônio líquido foram integralmente absorvidos, visando a simplificação da estrutura societária.

Broker One Tecnologia Empresarial Ltda

A investida Broker One Tecnologia Empresarial Ltda, que atuava no desenvolvimento e licenciamento de softwares para o ecossistema, sistema central de gestão que integra corretores, seguradoras e administradoras de consórcio, foi formalmente extinta em outubro de 2024. A propriedade intelectual da plataforma Broker One foi transferida para a Lojacorr S.A. Rede de Corretores de Seguros, garantindo que não houvesse interrupção nos serviços tecnológicos prestados ao grupo. A Companhia procedeu à baixa contábil do investimento pelo método de equivalência patrimonial na data da extinção, com a devida liquidação de ativos e passivos remanescentes.

Suac Administradora E Corretora De Seguros Ltda. - Lojacorr Scp

A Suac Administradora E Corretora De Seguros Ltda. - Lojacorr Scp é uma entidade de Sociedade em Conta de Participação (SCP) de participação em negócio de interesses mútuos de prestação de serviços de administração e corretagem de seguros, dentre os quais o seguro de vida, também chamado de seguro prestamista, para garantir a indenização do valor da importância segurada de participantes de grupos de consórcio para aquisição de bens móveis, imóveis e serviços, na hipótese de ocorrer o evento coberto pela apólice de seguros de vida aos clientes da SCP LOJACORR CONSÓRCIO.

BR Consórcios Adm de Consórcios Lojacorr - SCP

A Companhia mantém participação na BR Consórcios Adm de Consórcios Lojacorr – SCP (CNPJ no 49.158.708/0001-64), constituída em 15 de dezembro de 2022. A entidade tem como objetivo principal a administração de grupos de consórcios e a intermediação de seguros massificados (Prestamista, Residencial e Auto), atuando de forma integrada à rede de distribuição da Lojacorr S.A. e sob gestão operacional da Sócia Ostensiva, BR Consórcios S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a SCP apresentou desempenho alinhado à expansão do mercado nacional de consórcios, que registrou crescimento de 10,1%. A rentabilidade da operação decorre da diversificação entre taxas de administração e comissões de corretagem, combinada ao compartilhamento de plataformas tecnológicas, o que proporciona maior eficiência operacional.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado
- são mensurados pelo valor justo;
- títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;
- as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;

- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base consolidação e investimentos em controladas

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo (veja (a)(ii)). A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (veja (r)(ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na Nota Explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 15** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 23** - instrumentos financeiros.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

2.7. Contas a receber

Representam valores a receber de seguradoras correspondentes às comissões já auferidas pela intermediação das apólices. Os saldos são registrados pelo valor nominal, deduzidos de ajustes para perdas esperadas conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

2.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de *impairment* em 2025 e 2024.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.9. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Critérios para capitalização

Os dispêndios incorridos são inicialmente avaliados com vistas à distinção entre a fase de pesquisa, cujos gastos são reconhecidos diretamente no resultado, e a fase de desenvolvimento, cujos custos são capitalizados quando atendidos os critérios normativos aplicáveis.

Os custos incorridos na fase de desenvolvimento são reconhecidos como ativo intangível quando a Companhia demonstra: (i) viabilidade técnica para conclusão do ativo; (ii) intenção e capacidade de concluir e utilizar o software; (iii) capacidade de uso do ativo; (iv) expectativa de geração de benefícios econômicos futuros; (v) disponibilidade de recursos técnicos e financeiros; e (vi) mensuração confiável dos custos incorridos, os quais são controlados por meio de sistemas de acompanhamento e apropriação de horas e despesas diretamente atribuíveis.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada, que, em geral, é de 3 anos, considerando o ciclo tecnológico e o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos. A amortização tem início a partir da data em que o ativo se encontra disponível para uso (go-live).

A Companhia avalia periodicamente a existência de indicadores de perda ao valor recuperável, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Na ausência de tais indicadores, não é requerida a realização de teste formal de impairment.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Provisões gerais

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Grupo tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

2.14. Distribuição de lucros

A distribuição de dividendos para os quotistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social quando for aplicável tal distribuição.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas, em Assembleia Geral.

2.15. Receita da prestação de serviços

A Partners está envolvida na participação em outras Companhias no Brasil. A Companhia reconhece a receita recebida de dividendos e equivalência patrimonial das empresas que participa.

Natureza da operação e identificação de intermediador

As investidas do Grupo reconhecem suas receitas em estrita observância ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Após avaliar sua relação com seguradoras e clientes, a Companhia concluiu que atua na condição de intermediadora. Dessa forma, a receita operacional corresponde exclusivamente ao percentual de comissão de corretagem e taxas de administração sobre os seguros vendidos. O montante total dos prêmios pagos pelos clientes não representa a receita das investidas, uma vez que tais valores pertencem integralmente às seguradoras parceiras e não constituem fluxo de benefícios econômicos para a entidade.

Obrigações de desempenho e momento do reconhecimento

O reconhecimento ocorre no momento em que a obrigação de desempenho da intermediação é satisfeita:

- Comissões de Corretagem: Reconhecidas no momento da emissão ou renovação da apólice pela seguradora parceira, data em que o serviço de intermediação é considerado substancialmente concluído e o direito à remuneração é estabelecido.
- Taxas de Administração e Serviços: Reconhecidas ao longo do tempo, conforme a prestação contínua dos serviços de gestão e administração dos grupos com base nas premissas estabelecidas em contrato, em observância ao regime de competência.
- Mensuração: A receita é mensurada pelo valor da contraprestação que a Companhia espera ter direito, líquida de tributos diretos como ISS, PIS e COFINS e eventuais estornos ou cancelamentos efetivados no período.

2.16. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.17. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre a base de cálculo.

2.18. Impostos e contribuições diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos em sua totalidade, conforme descrito no CPC 32 – Tributos sobre o lucro e “IAS 12 – Tributos sobre o lucro”, sobre as diferenças entre ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores compreendidos nas demonstrações contábeis. São determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

2.19. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2023 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros

- **Ativos financeiros registrados a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados, contas a receber, reembolso de projetos e outras contas a receber.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensurou os ativos financeiros da seguinte forma:

- **Empréstimos e recebíveis** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.20. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Durante os exercícios de 2025 e 2024, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2026 os possíveis impactos das novas normas contábeis, caso aplicável à Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Conta corrente	217	71	2.063	963
Aplicações financeiras (a)	-	-	37.348	28.862
Total	217	71	39.411	29.825

(a) As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e fundos de investimento de perfil conservador, mantidas junto às instituições financeiras Itaú, XP e Bradesco, e classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por apresentarem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Esses instrumentos estão demonstrados a preços e taxas de mercado, atualizados pelos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025, não excedendo o valor de negociação. As remunerações dessas aplicações permanecem, em média, em torno de 90% (atreladas ao CDI), compatíveis com a política de investimentos da Companhia.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de corretagem	162	273
Taxas de administração	20	-
Taxas de licenciamento	1	-
Faturas a emitir (a)	8.239	7.650
PECLD sobre taxas de licenciamento	(92)	(87)
Total	8.330	7.836

(a) O saldo refere-se a provisão de comissões a receber decorrentes dos serviços já prestados, reconhecidas no resultado por meio de provisão de cut-off, cujos valores ainda não foram faturados.

A Companhia realizou análise individual dos créditos em abertos, especificamente os vencidos. A composição da carteira de clientes nacionais a receber por idade de vencimento (*aging list*), está demonstrada a seguir:

	2025	2024
A vencer	8.322	7.709
Em aberto entre 1 e 30 dias	7	106
Em aberto entre 31 e 180 dias	4	41
Em aberto há mais de 180 dias	89	67
Total geral	8.422	7.923

A movimentação da provisão de liquidação duvidosa do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro, está assim representada:

	2025	2024
Saldo inicial	(87)	(86)
Provisões realizadas	(5)	(1)
Baixas/reversões	-	-
Total	(92)	(87)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a recuperar

Circulante	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
PIS	1	427
Cofins	3	1.968
IRRF	1.186	5
CSLL	1	-
IRRF sobre aplicações financeiras	338	5
Impostos pago a maior / indevido	103	57
Saldo negativo de IRPJ	106	1.796
Saldo negativo de CSLL	25	69
Total	1.763	4.327
Total circulante	1.691	3.946
Total não circulante	72	381

Os impostos a recuperar referem-se aos valores de PIS, Cofins, CSLL, IRPJ e ISS retidos nas notas fiscais emitidas, bem como aos créditos de PIS e Cofins sobre as despesas com prestação de serviços, conforme as alíquotas previstas na legislação do Lucro Real. A controladora não possui saldos em aberto no referido grupo.

7. Impostos diferidos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Impostos diferidos - IRPJ	1.063	1.387
Impostos diferidos - CSLL	382	499
Total	1.445	1.886

A movimentação no ativo está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Provisão contingência trabalhista	56	-
Provisão PLR	1.120	2.351
Provisão contingência cível	419	626
Provisões fornecedores a pagar	6	43
Provisão de notas fiscais - corretoras	4.927	5.238
Provisão de atualização monetária	-	157
(-) PCLD taxas de licenciamento	92	86
Provisão de comissão regionais	105	-
Provisão para rescisão	688	-
Provisão cutoff	3.404	(3.194)
Prejuízo fiscal	250	250
Base negativa	250	250
Prejuízo fiscal sem constituição de diferido	(9)	(9)
Base diferido ativo	4.250	5.549
IRPJ	1.063	1.387
CSLL	383	499
Impostos diferidos - ativo	1.446	1.886

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação no resultado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(196)	(23)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisão contingência trabalhista	56	(328)
Provisão PLR	(1.231)	2.351
Provisão contingência cível	(207)	(19)
Provisões fornecedores a pagar	-	(105)
Provisão de notas fiscais - corretoras	(309)	80
Provisão de atualização monetária	-	157
[-] PCLD taxas de licenciamento	5	87
Provisão de comissão regionais	104	-
Provisão para rescisão	688	-
Provisão cutoff	(210)	(3.194)
Base diferido	(1.300)	(994)
IRPJ	(325)	(249)
CSLL	(117)	(89)
Impostos diferidos - resultado	(442)	(338)

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo também saldo de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. A probabilidade de recuperação do saldo de tributos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes tributos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

8. Investimentos

a) Controladora

A composição dos saldos de investimentos é a seguinte:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
HDAS Participações	39.284	9.320
BR Consórcios	1.127	781
BR Consórcios - SUAC	17	10
Total dos investimentos	40.428	10.111

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

Controladora	Participação (%)	2024 (não auditado)	Aumento de capital	(+/-) Aumento/Diminuição de Participações	(-) Dividendos	(+/-) Equivalência Patrimonial	2025
HDAS							
Participações	99,99%	9.320	2.213	18.716 (a)	(6.500)	15.535	39.284
BR Consórcios	50%	781	-	-	-	346	1.127
BR Consórcios - SUAC	50%	10	-	(2)	(142)	151	17
Total		10.111	2.213	18.714	(6.642)	16.032	40.428

(a) Em 17 de setembro de 2025, os sócios da controlada HDAS Participações Ltda. deliberaram, por unanimidade, o estorno integral dos dividendos a pagar anteriormente reconhecidos no passivo, no montante de R\$ 20.477. Referida reversão resultou em aumento do patrimônio líquido da investida, sendo seus efeitos devidamente reconhecidos pela HDAS Partners S.A. por meio de variação na participação societária, com contrapartida no saldo da conta de Investimentos. Adicionalmente, no mesmo exercício, foi efetuada a distribuição de dividendos aos sócios não controladores, os quais foram deduzidos do valor do investimento, de acordo com a participação relativa da Controladora.

b) Consolidado

A composição dos saldos de investimentos é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
BR Consórcios	1.127	781
BR Consórcios - SUAC	17	10
Total dos investimentos	1.144	791

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

Consolidado	Participação (%)	2024 (não auditado)	(+/-) Aumento/Diminuição de Participações	(-) Dividendos	(+/-) Equivalência Patrimonial	2025
BR Consórcios	50%	781	-	-	346	1.127
BR Consórcios - SUAC	50%	10	(2)	(142)	151	17
Total		791	(2)	(142)	497	1.144

9. Imobilizado

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2024	204	238	-	853	1.295
Adições	-	4	2	48	54
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	204	242	2	901	1.349
Depreciação					
Em 1º de janeiro de 2024	(35)	(111)	-	(517)	(663)
Depreciação anual	(20)	(24)	(2)	(154)	(200)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(55)	(135)	(2)	(671)	(863)
Líquido em 31 de dezembro de 2024	149	107	-	230	486
Taxa anual de depreciação - %	4%	10%	10%	20%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2025	204	242	2	901	1.349
Adições	-	16	-	77	93
Baixas	-	(5)	-	(22)	(27)
Em 31 de dezembro de 2025	204	253	2	956	1.415
Depreciação					
Em 1º de janeiro de 2025	(55)	(135)	(1)	(672)	(863)
Depreciação anual	(20)	(21)	-	(149)	(190)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	(75)	(156)	(1)	(821)	(1.053)
Líquido em 31 de dezembro de 2025	129	97	1	135	362
Taxa anual de depreciação - %	4%	10%	10%	20%	

Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia.

10. Intangível

	Software	Softwares - Lei do Bem (a)	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2024	168	18.566	18.734
Adições	-	6.171	6.171
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	168	24.737	24.905
Amortização			
Em 1º de janeiro de 2024	(168)	(7.988)	(8.156)
Amortização anual	-	(6.982)	(6.982)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(168)	(14.970)	(15.138)
Líquido em 31 de dezembro de 2024	-	9.767	9.767
Taxa anual de amortização - %	20%	33%	
Custo			
Em 1º de janeiro de 2025	168	24.737	24.905
Adições	-	7.738	7.738
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	168	32.475	32.643
Amortização			
Em 1º de janeiro de 2025	(168)	(14.970)	(15.138)
Amortização anual	-	(6.689)	(6.689)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	(168)	(21.659)	(21.827)
Líquido em 31 de dezembro de 2025	-	10.816	10.816
Taxa anual de amortização - %	20%	33%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A Companhia usufrui de incentivos fiscais destinados à inovação tecnológica, fundamentados nos artigos 17 a 26 da Lei no 11.196/05 ("Lei do Bem") e regulamentados pelo Decreto no 5.798/06. Tais benefícios são aplicados em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (PD&I).

A Companhia avalia periodicamente a existência de indicadores de perda ao valor recuperável, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Na ausência de tais indicadores, não é requerida a realização de teste formal de *impairment*.

11. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Comissões - corretoras (a)	2.765	209
Taxas de administração (b)	797	590
Provisão notas fiscais a emitir – corretoras (c)	8.796	8.795
Fornecedores	535	382
Provisão fornecedores a pagar	6	43
Total	12.899	10.019

(a) As comissões a pagar representam obrigações junto a intermediários e parceiros de negócios. O saldo reflete o valor nominal das obrigações com vencimento no curto prazo, cujos pagamentos ocorrem conforme a liquidação financeira das faturas pelos clientes, mantendo a correlação direta entre receita e custo de intermediação. O aumento observado no saldo entre os exercícios de 2024 e 2025 decorre exclusivamente do desencontro entre a data-base de encerramento do exercício e os dias previstos para pagamento. No exercício de 2024, as comissões referentes à última semana foram liquidadas no próprio último dia do exercício, enquanto, em 2025, tais obrigações permaneceram registradas na data de fechamento, tendo seus pagamentos efetuados no ciclo financeiro subsequente. Essa variação possui natureza pontual e operacional, não representando atraso ou inadimplência, uma vez que os desembolsos ocorreram conforme a rotina usual da Companhia.

(b) O saldo refere-se aos repasses de valores recebidos de assessoria e consultoria em seguros, transferidos aos concessionários, que são compostos pelas Unidades de Negócio, Unidades Regionais e Unidades Consolidadoras.

(c) A provisão de notas fiscais a emitir, referem-se a valores de corretagens recebidos das seguradoras e que serão repassados aos corretores quando do recebimento da nota fiscal. Adicionalmente, o montante de R\$ 3.869 refere-se à provisão de custos com comissões e taxas apuradas no período, reconhecida em observância ao princípio da competência, uma vez que os fatos geradores ocorreram no referido exercício.

12. Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Taxa média	Modalidade	2024	
			2025	(não auditado)
Banco Bradesco	15,854% a.a	Capital de giro	-	2.062
Total			-	2.062

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos nos exercícios demonstra-se como segue:

	2025 (não auditado)	2024
Saldo no início do exercício	2.062	4.475
Captação de empréstimos	-	-
Pagamento do principal e juros	(2.193)	(2.924)
Juros incorridos e provisionados	131	511
Saldo no final do exercício	-	2.062

13. Obrigações trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Salário e ordenados	950	951
INSS	413	486
FGTS	118	93
IRRF	575	557
Provisão de férias e encargos	1.596	1.386
Provisão PLR	1.120	2.351
Comissões	104	-
Provisão para rescisão (a)	688	-
Total	5.564	5.824

(a) O saldo refere-se ao desligamento de dois diretores em setembro de 2025. Conforme previsto em contrato, cada diretor tem direito ao recebimento de um salário por ano trabalhado. Como o pagamento será efetuado de forma parcelada, a Companhia registrou a provisão correspondente.

14. Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Circulante				
Dividendos a pagar	11.500	-	13.864	23.047
Total	11.500	-	13.864	23.047
Total circulante	3.000	-	3.667	756
Total não circulante	8.500	-	10.197	22.291

Os dividendos possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2026	3.000	3.766
2027	4.000	4.753
2028	4.500	5.345
Total	11.500	13.864

15. Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza trabalhista e cível. A administração entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos judiciais.

As provisões para contingências foram registradas para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base nas análises e pareceres de seus assessores jurídicos e consultores legais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Cível	-	-	419	626
Trabalhista	-	-	56	-
Total	-	-	475	626

Além dos processos provisionados, a Companhia é parte em outras ações de natureza trabalhista, cível e tributária cuja probabilidade de perda foi classificada como possível por seus assessores jurídicos. Para esses casos, não são constituídas provisões, conforme previsto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Contudo, tais demandas são monitoradas continuamente pela administração, e seus valores são divulgados em nota explicativa, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Cível (a)	-	-	25.951	4.149
Trabalhista	-	-	302	302
Tributário	-	-	509	-
Total	-	-	26.762	4.451

(a) A Lojacorr S.A. – Corretora de Seguros e a Zurich Seguros figuram no polo passivo de ação judicial movida por Commercial Rural Xingu Ltda., em trâmite sob o nº 0800504-14.2023.8.14.0062. A autora alega que efetuou proposta de seguro empresarial junto à Zurich Seguros, por intermédio da Lojacorr, e que, após a ocorrência de sinistro, ao realizar o respectivo aviso, foi informada de que a proposta teria sido recusada, sem que tivesse sido previamente comunicada acerca dessa recusa, motivo pelo qual pleiteia indenização. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2025 perfaz aproximadamente R\$ 24.536. O processo encontra-se aguardando sentença, sendo a perda classificada como possível, conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. Cabe mencionar que a Companhia possui seguro de responsabilidade civil vigente para cobertura de eventuais condenações relacionadas à demanda. Na hipótese de decisão desfavorável, a exposição financeira da Lojacorr limita-se ao pagamento da franquia contratual, estimada em aproximadamente R\$ 1.627.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito que é de R\$ 2.321 mil (R\$ 108 mil em 2024), dividido em 2.196.493 ações, assim apresentadas no quadro abaixo:

	2025	
	Ações	Participação (%)
José Heitor Martins da Silva	59.140	2,6925%
Diogo Arndt da Silva	873.447	39,7655%
André Ogliari Duarte	526.916	23,9890%
Sandro Ribeiro dos Santos	256.783	11,6906%
Marlise Arndt da Silva Ferreira	131.760	5,9987%
Emilene Arndt Spyra	131.760	5,9987%
Dirceu Tiegs	196.994	8,9686%
Luiz Longobardi Junior	19.693	0,8966%
Total	2.196.493	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária registrada em 27 de maio de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.213 mil, passando de R\$ 108 mil para R\$ 2.321 mil, mediante a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais com a integralização de quotas da HDAS Participações Ltda.

b) Reserva legal

É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva estatutária

Conforme deliberado em Ata de Reunião de Sócios realizada em 19 de setembro de 2025, a Administração aprovou a constituição de Reserva Estatutária de R\$ 0 (zero) em 2024 para R\$ 16.957 em 2025.

A finalidade desta reserva é garantir o suporte financeiro necessário ao plano de expansão e a manutenção da integridade patrimonial do grupo. Esta decisão técnica visa o alinhamento da política de retenção de lucros com as práticas adotadas pelas principais investidas Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguros e HDAS Participações, assegurando que a Holding mantenha uma estrutura de capital proporcional e compatível com o nível de solvência e reinvestimento exigido pelas suas operações controladas.

A constituição observa o disposto no Art. 194 da Lei no 6.404/76 e está devidamente prevista no Estatuto Social da Companhia, que estabelece os critérios de limite e finalidade para a retenção, preservando o direito ao dividendo obrigatório aos acionistas.

d) Dividendos distribuídos

Em 2025, conforme deliberação dos sócios, foi aprovada a distribuição de lucros no montante de R\$ 18.000 (R\$ 1.640 em 2024). A deliberação contemplou a distribuição do saldo existente em Reservas de Lucros e, substancialmente, do lucro apurado no exercício de 2025.

e) Lucros Acumulados

Em 17 de setembro de 2025, os sócios da controlada, HDAS Participações Ltda, por unanimidade, deliberaram pelo estorno do montante total de dividendos a pagar anteriormente provisionados no passivo no valor de R\$ 20.477. Referida reversão de passivo na investida resultou no aumento do seu Patrimônio Líquido, sendo devidamente reconhecido na HDAS Partners S.A. através do Método de Equivalência Patrimonial, com o consequente incremento em contrapartida no saldo da conta de Investimentos. Contudo, a controlada, HDAS Participações Ltda distribuiu lucros no exercício de 2025 no valor de R\$ 1.594 que reduziu o investimento e resultou na variação líquida de R\$ 18.883.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia são provenientes da prestação de serviços de agenciamento, corretagem e intermediação de seguros, sendo compostas por taxa de administração e comissões de corretagem. Sobre o faturamento são incidentes os tributos federais PIS e Cofins e o tributo municipal ISS:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Receita com taxas de administração	30.958	38.450
Receita com taxas de licenciamento	1.015	727
Receita com comissões (a)	226.119	215.330
Receita de consultoria e assessoria	32.331	26.457
Receita de intermediação	103	15
Provisão de receitas	589	-
Demais receitas	941	550
Receita Bruta	292.056	281.529
(-) PIS	(4.809)	(4.647)
(-) Cofins	(22.153)	(21.407)
(-) ISS	(3.834)	(3.973)
(-) Provisão de impostos	(67)	-
Deduções da receita bruta	(30.863)	(30.027)
Receita operacional líquida	261.193	251.502

(a) O saldo refere-se às comissões e demais valores recebidos pela Companhia pela intermediação das operações realizadas.

18. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Comissões (a)	(137.214)	(128.848)
Corretagem (b)	(47.014)	(43.032)
Agenciamento – unidades (c)	(19.384)	(21.126)
Ressarcimento de despesa com multicálculo	162	149
Outros custos	(108)	(85)
Total	(203.558)	(192.942)

(a) O saldo refere-se aos gastos de corretagem, representados pelo pagamento de comissões aos corretores sobre as apólices efetivamente emitidas e concluídas e que as notas fiscais foram emitidas dentro do próprio mês de recebimento.

(b) O saldo refere-se às despesas de corretagem, representadas pelo pagamento de comissões aos corretores sobre as apólices efetivamente emitidas e concluídas.

(c) O saldo refere-se aos gastos incorridos com as unidades da Companhia, que prestam suporte comercial no processo de distribuição.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas compreendem os gastos com bens e serviços necessários para a manutenção da atividade da Companhia, bem como para a obtenção de receitas através da prestação de serviços.

A composição das despesas administrativas no ano está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Despesas com pessoal	-	-	(22.809)	(23.080)
Serviços de terceiros	-	-	(7.514)	(7.343)
Despesas com amortização e depreciação	-	-	(6.879)	(7.182)
Propaganda e publicidade	-	-	(1.678)	(1.314)
Despesas com viagens	-	-	(1.083)	(779)
Aluguéis e condomínios	-	-	(1.022)	(883)
Provisão gerais	-	-	38	(346)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(34)	(41)
Manutenção e conservação	-	-	(12)	(19)
Outras despesas	-	-	(445)	(177)
Total	(2)	-	(41.438)	(41.164)

19.1. Despesas com pessoal

A composição dos gastos com pessoal está demonstrada no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Salário e remuneração	-	-	(13.409)	(12.633)
Salário e benefícios dos sócios	-	-	(8.207)	(7.183)
Benefícios	-	-	(4.211)	(3.978)
INSS	-	-	(2.136)	(2.765)
FGTS	-	-	(1.016)	(879)
Provisão para rescisão	-	-	(688)	-
Contribuição sindical	-	-	(1)	(1)
(-) Software Lei do Bem - Folha	-	-	5.628	4.359
Reversão provisão PLR	-	-	1.231	-
Total	-	-	(22.809)	(23.080)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(4)	(4)	(643)	(517)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(131)	(511)
Descontos concedidos	-	-	(2)	-
Juros e multas passivas	-	-	(20)	(324)
Estorno atualização monetária	-	-	440	(157)
Outras despesas financeiras	-	-	(66)	(61)
Total	(4)	(4)	(422)	(1.570)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	-	-	3.771	1.889
Juros ativos	-	-	395	243
Descontos obtidos	-	-	3	26
Outras receitas financeiras	-	-	3	2
Total	-	-	4.172	2.160
Resultado financeiro, líquido	(4)	(4)	3.750	590

(a) As receitas financeiras compreendem substancialmente o reconhecimento de receita de juros incorridos sobre as aplicações financeiras. A administração destina parte de sobras de caixa para a contratação de títulos de renda fixa.

21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado é demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	20.398	14.962
(+) Adições	77.896	85.345
Doações - despesas	36	60
Brindes - geral e corretoras	178	219
Despesas indedutíveis	18	149
Patrocínios	69	1
Multas fiscais	1	8
MEP - método de equivalência patrimonial	-	41
Provisão prêmio diretoria	328	-
Provisão comissão (regionais)	903	-
Provisão para rescisão	2.995	-
PCLD taxas de licenciamento	1.134	549
Provisão de notas fiscais - corretoras	50.947	61.666
Provisão PLR	14.908	13.047
Provisão de salários	202	175
Provisões fornecedores a pagar	242	714
Provisão contingência cível	5.683	7.766
Provisão contingência trabalhista	112	793
Atualização monetária	140	157
(-) Exclusões	(85.261)	(88.122)
Brindes - geral e corretoras	(1)	(1)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Despesas indedutíveis	-	(11)
MEP - método de equivalência patrimonial	(69)	(484)
Lei do bem - folha	(6.191)	(3.487)
Lei do bem - 03 anos	-	(1.450)
Provisão prêmio diretoria	(328)	-
Provisão comissão regionais	(799)	-
Atualização monetária	(297)	-
Provisão contingência trabalhista	(56)	(1.120)
Provisão contingência cível	(5.890)	(7.785)
Provisões fornecedores a pagar	(279)	(884)
Provisão de salários	(202)	(175)
Provisão PLR	(16.138)	(10.696)
Provisão de notas fiscais - corretoras	(51.572)	(61.567)
PCLD taxas de licenciamento	(1.133)	(462)
Provisão para rescisão	(2.306)	-
Base tributável antes das compensações prejuízos	13.033	12.185
(-) Compensação de prejuízo fiscais	-	-
Subtotal imposto de renda e contribuição social	13.033	12.185
		-
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.431	4.143
Imposto de renda e contribuição social - lucro real	4.431	4.143
Alíquota efetiva	21,73%	27,69%
Consolidado - Lucro presumido	31/12/2025	31/12/2024
Presunção 32%	-	9
(+) Receitas que não participam da presunção	95	128
Total receita tributável	95	137
IRPJ	14	21
Adicional de IRPJ	-	-
IRPJ corrente	14	21
Presunção 32%		9
(+) Receitas que não participam da presunção	95	128
Total receita tributável	95	137
CSLL	9	12
CSLL corrente	9	12
Total imposto de renda e contribuição social - lucro presumido	23	33
Total despesa imposto de renda e contribuição social	4.454	4.176

22. Pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da Administração

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

A remuneração do pessoal-chave da administração no exercício de 2025 foi de R\$ 12.937 mil (R\$ 10.827 mil em 2024).

23. Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Descrição	Controladora	Valor Justo		
	Valor Contábil 2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo Circulante				
Valor justo por meio do resultado	217	217	-	-
Caixas e Equivalentes de Caixa	217	217	-	-
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Contas a Receber e Outros Recebíveis	-	-	-	-

Descrição	Controladora	Valor Justo		
	Valor Contábil 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante				
Valor justo por meio do resultado	71	71	-	-
Caixas e equivalentes de caixa	71	71	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	-	-

Descrição	Consolidado	Valor Justo		
	Valor Contábil 2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante				
Valor justo por meio do resultado	39.411	39.411	-	-
Caixas e equivalentes de caixa	39.411	39.411	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	9.610	9.610	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9.610	9.610	-	-

Descrição	Consolidado	Valor Justo		
	Valor Contábil 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante				
Valor justo por meio do resultado	29.825	29.825	-	-
Caixas e equivalentes de caixa	29.825	29.825	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	8.532	8.532	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	8.532	8.532	-	-

A administração não aplica designação de instrumentos financeiros para as categorias de mantidos até o vencimento e para disponível para venda.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável

(*) Outros passivos financeiros podem incluir empréstimos bancários com e sem garantia, títulos de dívida emitidos sem garantia, notas conversíveis - componente passivo, empréstimos de coligadas e passivos de arrendamento mercantil financeiro.

Transferências entre níveis

Em 31 de dezembro de 2025, não foram realizadas mudanças entre os níveis de mensuração do valor justo segundo julgamento da administração.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é a responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros contratados.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 216 mil em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$ 70 mil). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating acima de BBB+, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à “Fornecedores e outras contas a pagar”.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	02 meses ou menos	02-12 meses	01-02 anos	Mais que 02 anos
Passivo	-	-	-	-	-
Passivos financeiros não derivativos	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(13.318)	(13.318)	-	-	-
Total	(13.318)	(13.318)	-	-	-

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia adota como política garantir que entre 80% e 90% de sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia contrata instrumentos com taxas pré-fixadas e, para instrumentos pós-fixados, designa derivativos para proteção de variação de juros.

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada.

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia.

32. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Seguradora	Ramo	Importância Segurada
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	Riscos Cibernéticos	25.000
Chubb Seguros Brasil S.A	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	15.000
Chubb Seguros Brasil S.A	R.C. Riscos Ambientais	15.000
Berkley Internacional do Brasil Seguros SA	RC Profissional - Corretores de Seguros	60.000
Tokio Marine Seguradora S.A	Fiança Locatícia	418
HDI Seguros S.A	Predial	2.400

33. Eventos subsequentes

Em 09 de março de 2026 houve o aumento do capital social da investida HDA Corretora e Administradora de Seguros Ltda, passando de R\$ 4 mil para R\$ 24 mil, mediante a emissão de 20.000 novas quotas, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela sócia Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguros.

* * *